

PROCURADOR MUNICIPAL – CESPE
– 2010 – NATAL/RN

56. A lei que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos enuncia que a água é um bem de domínio público. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

- A) Como a água é um dos elementos do meio ambiente, aplica-se a ela o enunciado da CF que qualifica o meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem de uso comum do povo.
- B) A água é um bem dominical do poder público e sua outorga implica a sua alienação parcial, para que seja exercido o direito de uso.
- C) Os recursos hídricos abrangem as águas superficiais — aquelas que são encontradas na superfície da terra (fluente, emergente e em depósito) —, mas não, as águas subterrâneas, que são as águas originadas do interior do solo (lençol freático).
- D) As águas pluviais, que procedem imediatamente das chuvas, pertencem ao dono do prédio onde caírem diretamente, sendo, no entanto, vetado o seu armazenamento, salvo se caírem em lugares ou terrenos públicos de uso comum.

58. A CF dispõe que o meio ambiente não se limita apenas ao conjunto formado por solo, água, ar atmosférico, flora e fauna, mas envolve também todos os elementos responsáveis pelo equilíbrio dinâmico entre os seres vivos e o meio em que estes vivem, formando o meio ambiente natural.

I. A CF ainda define o meio ambiente cultural, composto pelo patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico, turístico e científico e pelas sínteses culturais que integram o universo das práticas sociais das relações de intercâmbio entre o homem e a natureza.

II. o meio ambiente artificial, constituído de edificações, equipamentos, rodovias e demais elementos que formam o espaço urbano.

III o meio ambiente do trabalho, formado pelo conjunto dos bens, instrumentos, interações antrópico-societárias de natureza material e imaterial a partir das quais o proletariado exerce as suas atividades laborais.

Assinale a opção correta.

A) Apenas o item I está certo.

B) Apenas o item III está certo.

C) Apenas os itens I e II estão certos.

D) Apenas os itens II e III estão certos.

59. No que concerne ao Estatuto da Cidade, assinale a opção correta.

- A) O Estatuto da Cidade é uma lei nacional de desenvolvimento urbano, exigida internacionalmente, e que regulamenta os instrumentos de política urbana que devem ser aplicados pelos municípios exclusivamente.
- B) Segundo o texto constitucional, o plano diretor é o instrumento básico, de âmbito regional, referente ao desenvolvimento e à expansão das cidades, e sua elaboração é atribuição dos estados.
- C) O plano diretor deve estabelecer diretrizes referentes a circulação, habitação, patrimônio histórico e genético e meio ambiente, bem como a outros aspectos relacionados com o desenvolvimento das cidades, como política educacional, taxa de mortalidade infantil e controle da natalidade.
- D) O Estatuto da Cidade é uma lei federal exigida constitucionalmente que regulamenta os instrumentos de política urbana que devem ser aplicados pela União, pelos estados e, especialmente, pelos municípios.

60. O plano diretor deve definir os critérios para a utilização dos instrumentos estabelecidos no Estatuto da Cidade. Esses critérios incluem os relativos a

- A) processo administrativo, parcerias público-privadas, concessão de licenças ambientais e alteração dos padrões de qualidade ambiental.
- B) outorga onerosa do direito de construir, operações urbanas consorciadas, transferência do direito de construir e zonas especiais de interesse social.
- C) outorga do direito de ocupação, licenciamento para a exploração dos recursos minerais, consórcios interestaduais, transferência de titulação do direito de propriedade rural e concessão de benefícios fiscais a associações de moradores.
- D) parcelamento do espaço aéreo, classificação das águas, localização dos sítios Ramsar e separação, coleta e processamento de material reciclável.

61. De acordo com as diretrizes expressas no Estatuto da Cidade, no que se refere ao plano diretor, é essencial

- A) a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos econômicos e sociais, não apenas durante o processo de elaboração e votação, mas, sobretudo, na implementação e gestão das decisões.
- B) a participação das organizações não-governamentais internacionais que atuam na defesa do meio ambiente no diagnóstico dos problemas socioambientais, no plano de manejo sustentável da reserva da biosfera, na criação das estações ecológicas, nos programas de reversão do superaquecimento global e na gestão das bacias hidrográficas.
- C) o engajamento da sociedade civil organizada e do movimento sindical na determinação da localização das zonas especiais de interesse social e na organização do acesso aos equipamentos públicos, bem como na escolha dos veículos utilizados no transporte dos portadores de necessidades especiais.
- D) o apoio dos partidos políticos, das agências de fomento, dos organismos internacionais e dos órgãos de segurança pública.

62. A finalidade da unidade de conservação do tipo reserva biológica é

- A) a preservação integral da biota e dos demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.
- B) o acolhimento de populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.
- C) o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais, além da pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.
- D) a proteção de ambientes naturais onde se assegurem condições para a existência ou a reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

63. De acordo com a Resolução n.º 237/1997 do CONAMA, licenciamento ambiental é o procedimento

- A) político e econômico pelo qual o órgão ambiental estadual licencia a localização, a instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos industriais utilizadores de recursos ambientais não-renováveis, considerados efetivamente poluidores ou daqueles que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental do ciclo reprodutivo da fauna local.
- B) político pelo qual o órgão ambiental municipal licencia a localização, a instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos comerciais utilizadores de recursos ambientais e considerados efetivamente poluidores ou daqueles que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental dos ativos ambientais de terceira e quarta gerações.
- C) econômico pelo qual o CONAMA licencia a localização, a instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de ativos naturais considerados efetiva ou potencialmente degradadores da qualidade de vida das populações de baixa renda ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar a defenestração ambiental dos elementos bióticos e abióticos dos ecossistemas nativos.
- D) administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, a instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais considerados, efetiva ou potencialmente, poluidores ou daqueles que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando-se as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

64. Segundo a Lei de Crimes Ambientais, são circunstâncias que atenuam a pena, no caso de condenação por crime ambiental,

- A) o baixo grau de instrução ou escolaridade do agente e reincidência nos crimes de natureza ambiental manifestada pela espontânea reparação do dano ou pela limitação significativa da degradação ambiental causada.
- B) o arrependimento do infrator e a colaboração com os agentes encarregados da vigilância sanitária e do controle de zoonoses.
- C) o baixo grau de instrução ou escolaridade do agente, o arrependimento do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa da degradação ambiental causada, bem como a comunicação prévia pelo agente, do perigo iminente de degradação ambiental e a colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental.
- D) a colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental e limitação significativa da poluição ambiental causada por dano recorrente de devastação ambiental.